

Política de Proteção de Dados Pessoais



POLÍTICA DE TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1- Introdução

A partir de 25 de maio de 2018, o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGDP) – Regulamento (UE) n.º 2016/679 – estabelece as regras aplicáveis à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares, aplicável, sempre que no âmbito de uma atividade, a qualquer pessoa ou entidade que proceda ao tratamento desses dados, em qualquer Estado membro da União Europeia.

Na **Mediadora de Seguros Rodrigues, Lda**, entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais dos seus clientes, sempre foi nossa preocupação e compromisso assumir a proteção, confidencialidade e privacidade dessas informações. Assim, é nossa missão assegurar o tratamento e proteção de acordo com o novo RGPD, adotando as medidas técnicas e organizativas que consideramos adequadas, para garantir a exatidão, integridade, licitude, transparência, segurança e confidencialidade de todos os dados pessoais, bem como a limitação do seu uso às finalidades autorizadas.

2 – Responsável pelo tratamento dos dados pessoais

O Responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a Mediadora de Seguros Rodrigues, Lda, sociedade com sede na Rua Dr. Manuel Alegre, nº 22 em Águeda, com o contribuinte nº 509400094, registada junto da Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões em 22/07/2010 com a categoria de Agente de Seguros, sob o nº 410331785/3, com autorização para exercer a atividade de mediação de seguros no âmbito dos ramos Vida e Não Vida.

Perante qualquer questão sobre o tratamento de dados pessoais, o contato deverá ser efetuado para o endereço do Encarregado de Proteção de Dados: - carlos@segurosrodrigues.pt

3 – Recolha dos Dados Pessoais e Finalidades

Os nossos registos incluem dados que foram obtidos ao longo da relação contratual que os clientes estabeleceram connosco no âmbito da mediação de seguros e Produtos Financeiros de Seguradoras.

Recolhemos os Dados Pessoais considerados indispensáveis, de acordo com as finalidades subjacentes à sua recolha:

- GESTÃO DA CARTEIRA DE SEGUROS, nomeadamente para efetuar simulações e cotações de seguros, subscrição de contratos de seguros, alterações e revisões aos contratos, gestão de cobrança dos prémios e gestão de sinistros;
- DADOS PESSOAIS DE SAÚDE, no âmbito da subscrição ou alteração de seguros de Vida, Acidentes Pessoais e Saúde, bem assim como gestão de sinistros, nomeadamente pedidos de pré-autorização de realização de atos médicos ou de reembolso de despesas;
- AÇÕES DE MARKETING, nomeadamente com o propósito de dar a conhecer ou propor novos produtos e informar de campanhas promocionais, utilizando os diversos canais, nomeadamente por telefone, e-mail, SMS ou presencialmente.
- REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS de Pessoas Seguras ou Terceiros Lesados.

4 – Conservação dos Dados Pessoais

Os Dados Pessoais são mantidos pela Mediadora de Seguros Rodrigues, Lda., de acordo com as finalidades que justificaram a sua recolha.

Em regra, são mantidos para efeitos de execução dos contratos de seguro durante a vigência das apólices. No entanto, mesmo depois de terminada a relação contratual, poderá ser necessário manter os Dados Pessoais em cumprimento de obrigações legais, ou para demonstrar os termos da relação contratual, tendo em conta o prazo de 20 anos para prescrição das obrigações contratuais em Portugal.

5 – Direitos do Titular dos Dados Pessoais

- **Acesso:** O Titular dos Dados pode solicitar informação dos seus dados pessoais e uma cópia dos mesmos;
- **Retificação:** O Titular dos Dados pode solicitar a correção dos seus dados pessoais que estejam incorretos ou incompletos;
- **Cancelamento ou Apagamento:** Em determinadas circunstâncias, o Titular dos Dados pode solicitar o apagamento ou cancelamento dos seus dados pessoais, quando um dos seguintes motivos se aplique:
 - Se os Dados Pessoais deixaram de ser necessários para as finalidades para as quais foram recolhidos;
 - Se retirar o consentimento e não existir outro fundamento de licitude para o seu tratamento;
 - Se tenha oposto ao tratamento e não existirem interesses legítimos que prevaleçam;
 - Se os Dados Pessoais foram tratados de forma ilícita;

- Se os Dados Pessoais tiverem que ser apagados em resultado do cumprimento de uma obrigação legal a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;

- **Limitação:** O Titular dos Dados pode solicitar a limitação do tratamento dos seus Dados Pessoais, nomeadamente para efeitos de marketing.

- **Portabilidade:** O Titular dos Dados tem o direito pedir que os dados que lhe digam respeito e que nos tenha fornecido sejam transferidos para outra empresa, sempre que tal seja tecnicamente possível.

- **Oposição:** O Titular dos Dados tem o direito de se opor ao tratamento dos seus Dados Pessoais, e, assim, solicitar a interrupção das operações de tratamento, exceto se houver razões legítimas que prevaleçam.

6 – Segurança dos Dados Pessoais

A Seguros Rodrigues utiliza os meios técnicos e organizativos adequados, tendo em conta a natureza dos dados tratados, de forma a proteger os Dados Pessoais e prevenir o risco da sua perda ou destruição, acesso não autorizado e divulgação.

Para além do arquivo físico, procedemos também ao arquivo digital. O servidor encontra-se em local reservado fechado e não acessível ao público, com seguranças diárias para disco externo. Todos os computadores estão protegidos com software antivírus atualizado.

7 – Comunicação dos Dados Pessoais

Os Dados Pessoais poderão ser comunicados às Seguradoras com quem trabalhamos, no âmbito da gestão da carteira de seguros do Titular dos Dados, nomeadamente para efetuar simulações, subscrição ou alteração dos contratos de seguro, bem como para participação e gestão de sinistros.

Alguns dados também podem ser partilhados com prestadores de serviços, em função do cumprimento das garantias dos contratos de seguro, nomeadamente com serviços de Assistência em Viagem, oficinas, prestadores clínicos e empresas de peritagens.

Os Dados Pessoais poderão ainda ser comunicados para o cumprimento de obrigações legais, por solicitação de autoridades públicas, judiciais ou entidade de supervisão.

Águeda, 26 de Junho de 2024